

Dificuldades no acesso a Política Nacional de Saúde Bucal

Com destaque a População do Campo, da Floresta e das Águas



População do Campo, da Floresta e das Águas



Apesar das melhorias recentes, o Brasil ainda apresenta iniquidades na distribuição da riqueza, com amplos setores de sua população vivendo em condições de pobreza que não lhes permitem o acesso às mínimas condições e aos bens essenciais à sua saúde. No entanto é preciso compreender que a pobreza não é somente a falta de acesso a bens materiais mas a vulnerabilidade decorrente da ausência de oportunidades e de possibilidades de opção entre diferentes alternativas. A pobreza se manifesta na falta de **emprego**, de **moradia digna**, de **alimentação adequada**, de **sistema de saneamento básico**, de **serviços de saúde**, de **educação** e de mecanismos de participação popular na construção das políticas públicas. Manifesta-se também na ausência de resolução de conflitos, o que agrava mais ainda a violência no campo, assim como na precariedade de relações ambientais sustentáveis.



A população do campo, da floresta e das águas enfrenta desafios para acessar a política de saúde bucal, devido a fatores como:

- Distâncias geográficas;
- Dificuldades de transporte;
- Pouca acessibilidade;
- Falta de água;
- Carências socioeconômicas;
- Desigualdade entre as necessidades da população e o financiamento da saúde.

Fatores que podem afetar a saúde bucal

- O uso de agrotóxicos sem qualificação e sem equipamentos de proteção individual (EPI);
- Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT);
- Agravos relacionados ao trabalho;
- Fatores como fumo, consumo de álcool e má alimentação.

Problemas bucais comuns

Cárie, Mau hálito, Falta de dentes, Escurecimento dentário, Placa bacteriana, Tártaro, Gengivite.



Esse quadro evidencia a complexidade e a gravidade das condições de saúde dessas populações, o que requer um esforço do SUS no seu enfrentamento.

Há a necessidade premente de melhorar o acesso às ações e aos serviços de saúde, com qualidade, visando atender as especificidades dessas populações.



Neste sentido, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta reafirma o princípio de universalidade do SUS, por meio de ações de saúde integral, como a garantia constitucional a tais populações. Trata-se do compromisso com a promoção da equidade em saúde, assegurando uma ação concreta com o objetivo de buscar soluções para os problemas relacionados à vida e ao processo de trabalho no campo, na floresta e nas águas.



Para garantir o acesso à saúde bucal dessas populações, é preciso:

- Articular saberes e experiências;
- Avaliar permanentemente as ações intersetoriais;
- Educar os trabalhadores de saúde e a população;
- Considerar as especificidades da determinação social da saúde;
- Sensibilizar gestores;
- Reorientar os serviços públicos de saúde bucal;
- Equilibrar a extensão da cobertura necessária e os recursos disponíveis.

Povos Indígenas



Os povos indígenas enfrentam desafios para acessar a política de saúde bucal devido a fatores como:

- **Distância**

Muitos povos indígenas vivem distantes, o que dificulta o acesso a serviços de saúde.

- **Cultura**

As diferenças culturais entre os povos indígenas podem dificultar a comunicação e o acesso a serviços de saúde especializados.

- **Mudanças alimentares**

O consumo de açúcar e produtos industrializados agravou a saúde bucal dos povos indígenas.

- **Inadequação nutricional**

As mudanças culturais e ambientais influenciam o estado nutricional dos povos indígenas.

- **Falta de informação**

A falta de informação dificulta o acesso dos povos indígenas ao serviço de saúde especializado

Para promover a saúde bucal dos povos indígenas, é necessário:

- Considerar as peculiaridades sócio-culturais;
- Promover alimentação saudável;
- Manter a higiene e autocuidado do corpo;
- Padronizar as pesquisas sobre saúde bucal e estado nutricional;
- Criar um modelo de atenção para esta população;
- Promover e educar em saúde bucal;
- Realizar estudos a longo prazo que acompanhem as condições bucais e nutricionais dos povos indígenas;
- Intervencionar ou monitorar por meio de programas dirigidos à assistência à saúde.

Quilombolas



As comunidades quilombolas enfrentam desafios para acessar a saúde bucal devido a fatores socioeconômicos, comportamentais e estruturais.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2023), cerca de 1.200 Equipes de Saúde Bucal mencionam atender comunidades quilombolas no Brasil. Segundo dados do IBGE (2022), existem cerca de 7 mil comunidades no Brasil, em cerca de 1.77 municípios. A distância média entre um quilombo e a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima é em torno de 8 Km (em linha reta), podendo chegar a 43 Km em estados do Norte do país.

Estamos falando sobre:

Fatores socioeconômicos - Baixa renda familiar, Falta de acesso à educação, Desigualdades sociais.

Fatores comportamentais - Hábitos precários de higiene bucal, Tabagismo, Autopercepção negativa de saúde bucal.

Fatores estruturais - Acesso irregular aos serviços odontológicos, Políticas públicas insuficientes, Desigualdades estruturais.

É importante destacar que aperfeiçoar a atenção à saúde bucal da população quilombola é um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ/SUS), que está em processo de formulação. A consulta pública da PNASQ/SUS teve cerca de 250 contribuições, sendo encerrada no dia 31/03 (Plataforma Participa Mais Brasil).



População LGBTQIA+

A população LGBTQIA+ enfrenta desafios para acessar a saúde bucal devido a fatores como discriminação, estigma, preconceito e falta de preparação dos profissionais de saúde.

Discriminação, LGBTfobia, Negação do nome social, Intimidação, Práticas antiéticas.

Estigma Vergonha com base na identidade, Despreparo dos profissionais de saúde, Dificuldade de tocar ou examinar pacientes trans.



A população negra enfrenta dificuldades para acessar a política de saúde bucal devido ao racismo institucional, que limita o acesso a serviços de saúde.

Fatores que dificultam o acesso

•Racismo institucional

•Enraizado nas estruturas das organizações públicas e privadas, o racismo institucional limita o acesso a direitos, como os serviços de saúde.

•Desigualdade econômica

•A população negra tem menos poder financeiro para pagar um plano de saúde privado do que a branca.

•Desrespeito à diversidade

•O desrespeito à diversidade cultural, étnica e racial também dificulta o acesso à saúde.

Consequências

- A população negra apresenta as piores condições de saúde bucal do país.
- A falta de acesso a consultas odontológicas, prevenção adequada e tratamentos de qualidade leva a uma maior incidência de cáries e outras doenças bucais evitáveis.

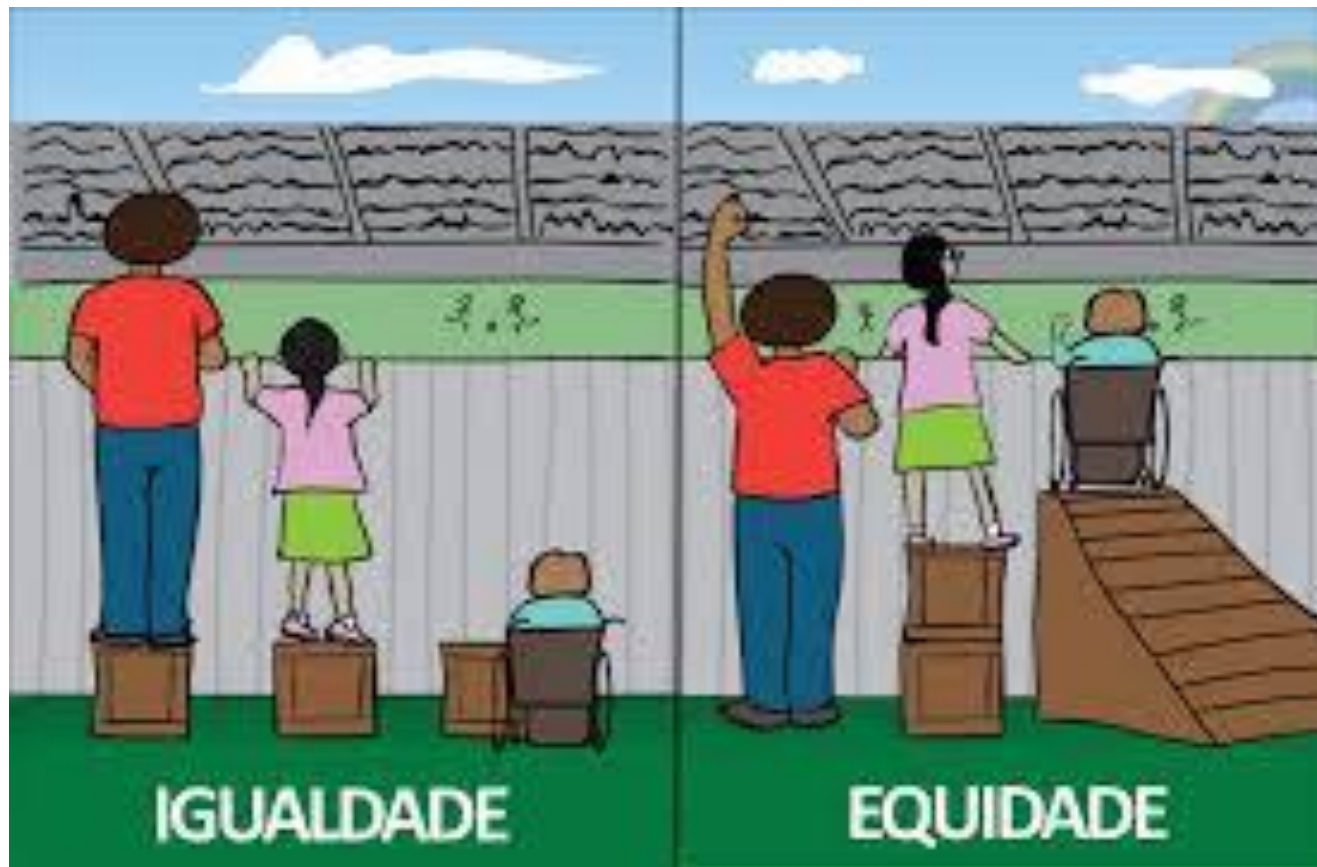
Propostas para melhorar o acesso

- Estabelecer políticas públicas de equidade
- Ampliar as redes de assistência odontológica nas regiões com maior presença da população negra
- Informar a população em geral sobre o racismo
- Estabelecer programas de enfrentamento contra o racismo institucional
- Ampliar estratégias de promoção da saúde bucal em população negra



Para promover a equidade em saúde e garantir o acesso adequado aos cuidados bucais, é preciso:

- Ampliar a acessibilidade e integralidade de atenção ofertada pelo sistema público de saúde
- Implementar políticas públicas específicas
- Promover a justiça social
- Considerar fatores geográficos, faixas etárias, prevalência de doenças bucais, hábitos de higiene, qualidade de vida



Igualdade: É dar as pessoas as mesmas oportunidades

Equidade: Adaptar as oportunidades, deixando-as justas

Gratidão!

Junior Pontes

Assessor de Políticas Sociais da CONTAG

Email: juniorpontes@contag.org.br

